



Por 6 votos a 4, os ministros do Supremo decidiram que ordem de votação dos vetos deve ser definida pelo Congresso

Jose Cruz/ABR

## STF anula liminar sobre vetos e libera votação do Orçamento

Tribunal decidiu que vetos presidenciais não precisam ser analisados em ordem cronológica pelo Congresso, ao contrário do que determinava liminar concedida pelo ministro Fux; decisão abre caminho para análise imediata do Orçamento e dos vetos à Lei dos Royalties do petróleo

Com a decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a ordem de votação dos vetos presidenciais, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,

se reunirão hoje para discutir a agenda de votações do Congresso. A prioridade é o Orçamento 2013, que deveria ter sido aprovado em dezembro. A Advocacia-Geral da União (AGU) havia recomendado que não se votasse o

Orçamento enquanto o STF não desse a palavra final sobre a ordem dos vetos presidenciais, por causa do risco de insegurança jurídica. Desde dezembro, o governo tem sido obrigado a liberar recursos de maneira emergencial. **3**

**Governador do Espírito Santo quer diálogo sobre vetos **2****

**Senadores do PSDB criticam ações da política econômica **12****

**Câmara também aprova fim de 14º e 15º salários de parlamentares **2****



Renan, entre os senadores Flexa Ribeiro (E) e Romero Jucá, preside sessão que aprovou medidas provisórias

**Plenário confirma medida que visa reduzir o chamado custo Brasil **5****

**Fundo criado para desenvolver Região Centro-Oeste é regulamentado **4****

**Blairo vai dirigir a Comissão de Meio Ambiente no biênio 2013-2014 **8****

**Debate das relações exteriores terá novos participantes, garante Ferraço **11****

**Benedito cobra políticas públicas para incentivar agricultura **11****

**Vital é confirmado na presidência da CCJ**

O senador Vital do Rêgo foi escolhido ontem para comandar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelos próximos

dois anos. Entre as prioridades, estão a reforma do Código Penal e a proposta que desafoga os tribunais superiores. **6**

**Comissão de Educação deve fiscalizar recursos do pré-sal, diz Cyro **9****

**Moka prepara cronograma para a Comissão de Assuntos Sociais **9****

**Indicados a agências reguladoras terão novo rito de análise pelos senadores **7****



Líder do governo, Eduardo Braga (C) cumprimenta Vital do Rêgo, que terá Anibal Diniz (2º à esq.) como vice-presidente

Jose Cruz/Agência Senado

Governador capixaba se reuniu com presidente do Senado e pediu que parlamentares, antes de apreciar vetos presidenciais, cheguem a acordo que não prejudique estados; preocupação é com a Lei dos Royalties

## Casagrande pede diálogo antes da análise dos vetos

APÓS VISITAR ONTEM o presidente do Senado, Renan Calheiros, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, disse ser favorável à votação dos mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes da análise do Congresso. Ele ressaltou que, antes de manter ou derrubar vetos que tratam de questões federativas — como a lei dos royalties do petróleo —, os parlamentares precisam verificar se nenhum estado sairá prejudicado.

— Pedimos que não considere apenas uma pressão momentânea e conjuntural, mas que observe o país como um todo, para que possamos fazer uma coordenação desses temas e caminhar em direção ao equilíbrio. É importante buscar entendimento em torno desses temas, para que um estado ou outro não fique prejudicado — disse o governador.

Segundo ele, é necessário que se crie uma regra para analisar os vetos presidenciais e que, para isso, a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser levada em conta.

Segundo Casagrande, o presidente do Senado prometeu buscar o entendimento em torno dos temas federativos — como a Lei dos Royalties — por meio do diálogo com



Renan Calheiros (D) recebe o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande

governadores e líderes partidários de estados produtores e não produtores de petróleo.

— Renan disse que vai estar à disposição para dialogar com governadores e líderes para buscar entendimento. Mas disse que há limitações, porque o comando aqui é dos líderes.

### Supremo

Casagrande visitou Renan no mesmo dia em que o Plenário do STF decidiu a forma de votação dos vetos — os ministros derrubaram a liminar que obrigava à apreciação em ordem cronológica, abrindo caminho para que o veto à Lei dos Royalties fosse logo analisado.

O projeto aprovado pelo Congresso desagradou a representantes do Rio de Janeiro

e do Espírito Santo, estados produtores de petróleo. O pleito de manutenção das regras anteriores foi atendido pela presidente Dilma Rousseff, que vetou alterações nos contratos antigos, preservando as regras estabelecidas para o pré-sal.

Casagrande adverte que a derrubada dos vetos referentes a contratos já licitados poderá ser questionada no STF.

— Essa matéria já foi rejeitada pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma. Dois vetos. Não adianta insistir nesse caminho, porque nós vamos ao Supremo. O STF vai preservar os direitos, os contratos. O que pedimos é buscar um grande entendimento não só sobre os royalties, mas sobre os demais assuntos de interesse dos estados — disse o governador.

## Central dos Sindicatos traz apoio a Renan

Representantes da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) estiveram ontem no Senado para prestar solidariedade ao presidente Renan Calheiros. O presidente da central, Antonio Neto, disse que a entidade apoia Renan contra as denúncias feitas desde a candidatura dele à Presidência da Casa.

— Estamos juntos nessa luta e sabemos a origem de todos esses ataques e as origens de todas as críticas que ele possa estar recebendo — disse Neto.

Os sindicalistas também apresentaram a entidade, criada há um ano. O presidente da CSB disse que quer participar das discussões sobre a, a MP dos Portos (MP 595/12).

— Temos muitos sindicatos que são de categorias diferenciadas, sindicatos específicos de prestação de serviço dentro dos próprios ambientes dos portos. Então, nós estaremos juntos discutindo e vendo como é possível avançar sem perdermos direitos — disse.



Funcionários abraçam prédio do Sams antes de percorrer corredores do Senado

## Servidores protestam contra extinção do serviço médico

Cerca de 200 servidores do Senado, incluindo profissionais de saúde e de outros setores, fizeram um protesto ontem contra a extinção de parte do Serviço de Assistência Médica e Social (Sams).

O fim do atendimento ambulatório gratuito para servidores no Sams foi anunciado pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, no dia 19, como parte de uma série de medidas administrativas.

O protesto, silencioso, teve início no prédio do Sams. Após

promoverem um “abraço simbólico” no edifício que sedia os serviços médicos do Senado, os servidores percorreram alguns dos corredores da Casa, vestindo roupas brancas e usando um adesivo com a frase “Reformar com respeito e dignidade”.

Na terça-feira, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pediu a Renan que os médicos da Casa sejam aproveitados em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal.

## Câmara concorda com fim do 14º e 15º de parlamentares

O fim do 14º e 15º salários dos parlamentares federais, aprovado pela Câmara no início da noite de ontem, foi comemorado por diversos senadores em Plenário. A extinção da ajuda de custo paga no início e no fim de cada ano já havia sido aprovada pelo Senado em maio do ano passado. Agora, o benefício será pago somente no primeiro e no último mês dos mandatos de deputado (quatro anos) e de senador (oito anos).

A iniciativa de acabar com o 14º e o 15º foi proposta no Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 71/11, da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atualmente ministra-chefe da Casa Civil. A matéria vai a promulgação pelo Congresso Nacional.

— Esse processo [de austeridade] é irreversível e aproximará o Parlamento da sociedade brasileira — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ele lembrou que, já em 2006, o Senado reduziu os períodos de recesso e acabou com as convocações

extraordinárias, levando a Casa a economizar R\$ 100 milhões com valores extras pagos aos parlamentares e servidores.

Ana Amélia (PP-RS) disse que as medidas de economia são uma satisfação que a Casa dá à sociedade. Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou a “coragem e a iniciativa” de Gleisi Hoffmann, de quem ele é suplente.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou que a Câmara tenha demorado a decidir pela aprovação, mas disse que a medida é positiva. Inácio Arruda (PCdoB-CE) parabenizou o Senado pela iniciativa e a Câmara pela aprovação. João Capiberibe (PSB-AP) e Ana Rita (PT-ES) também festejaram o fim da ajuda de custo.

O subsídio teve origem em 1946, quando a capital federal ainda era o Rio de Janeiro. A ajuda era justificada pela necessidade de os parlamentares terem de se mudar com as famílias para a capital no início e final de cada ano — medida hoje desnecessária, com a evolução dos transportes.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pauta trancada

14h O Projeto de Lei de Conversão 31/12, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,68 milhão para ser aplicado no Fies, do Ministério da Educação, continua trancando a pauta.

### PRESIDÊNCIA Audiências e ordem do dia

10h Renan Calheiros recebe senadores; às 10h15, o procurador de Justiça Cláudio Lopes; às 10h30, Marcio Novaes (Rede Record); às 11h, Claudio Melo Filho (Odebrecht); às 11h30, encontra o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves; às 16h, preside a ordem do dia.

### CDH Eleição de presidente e vice

9h30 A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reúne-se para instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente.

### CRE Uso de aeronaves por agentes públicos

10h Projeto que restringe o uso de aeronaves oficiais por agentes públicos está entre os itens a serem votados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

### CÓDIGO PENAL Audiência pública sobre reforma

10h Audiência pública sobre a reforma do Código Penal com o jurista Miguel Reale Júnior e o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Ministros do STF na sessão que derrubou a liminar que obrigava o Congresso a votar os vetos presidenciais em ordem cronológica

Genésio Baptista/SC/STF

## STF derruba liminar sobre vetos e abre caminho para votação do Orçamento

Resolvido o impasse, os presidentes do Senado e da Câmara se reunirão hoje para decidir calendário de votações do Congresso

POR MAIORIA DE votos (6 a 4), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem a liminar concedida pelo ministro Luiz Fux à ação que questionava a apreciação pelo Congresso Nacional do veto presidencial a trechos da nova Lei dos Royalties do petróleo.

Assim, os mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes da votação do Congresso não precisam mais ser analisados em ordem cronológica — como determinava a liminar de Fux —, o que abre espaço para que os vetos à Lei dos Royalties ganhem prioridade.

Logo após a decisão do STF, o presidente do Senado,

Renan Calheiros, anunciou para hoje uma reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, para discutirem o calendário de votações do Congresso Nacional.

A reunião está marcada para as 11h30, na Câmara dos Deputados.

### Prioridade

Não só os vetos, mas também o projeto de Orçamento para 2013 estão pendentes de decisão desde o final do ano passado. A prioridade de Renan e Alves é a votação da peça orçamentária.

A liminar expedida por Fux levou ao entendimento,

depois corrigido pelo próprio ministro, de que toda a pauta do Congresso estava trancada por causa dos vetos pendentes de análise, inclusive a votação do Orçamento.

O que o Plenário do STF fez ontem foi acatar o recurso da Mesa do Senado contra a medida de Fux, que atendia ao mandado de segurança, apresentado pelo deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ), objetivando impedir a derrubada pelo Congresso do veto presidencial a dispositivos da Lei dos Royalties do petróleo. Com a derrubada do veto, o Rio de Janeiro, estado de Molon, seria prejudicado na divisão dos royalties.

Fux, que em seu voto ontem pedia a manutenção da liminar, voltou a afirmar que, mesmo se a obrigatoriedade da ordem cronológica fosse mantida, não impediria o Congresso de votar outras matérias.

O comando do Senado e vários líderes entenderam, no entanto, que seria arriscado votar o Orçamento sem que o Plenário do Supremo Tribunal Federal se manifestasse.

Já que a liminar que levou à interpretação sobre o Orçamento caiu, o entendimento no Congresso é que não só o exame dos vetos está liberado, mas também a votação do Orçamento.

## Para ministro, decisão evita “futuro caótico” no Congresso

No julgamento do Plenário do STF, o relator do processo, ministro Luiz Fux, manteve a posição firmada por ele na liminar, pela qual o veto parcial da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties aprovada pelo Congresso só poderia ser apreciado depois que todos os mais de 3 mil vetos pendentes fossem analisados pelos parlamentares, em ordem cronológica.

O entendimento de Fux se sustenta na regra da Constituição segundo a qual o veto presidencial a um projeto de lei deve ser apreciado pelo Congresso no prazo de 30 dias do seu recebimento. O descumprimento sujeitaria o Congresso à inclusão do veto na ordem do dia, impedindo a votação de qualquer projeto.

No mesmo sentido do relator,

votaram os ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e o presidente do tribunal, ministro Joaquim Barbosa.

Acompanharam a divergência aberta pelo ministro Teori Zavascki, pela derrubada da liminar de Fux, os ministros Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Zavascki sustentou que, quanto aos pontos do regimento do Congresso supostamente descumpridos, a jurisprudência do STF é consolidada no sentido de que esses assuntos são questões internas, imunes ao controle judicial.

No que se refere às cláusulas constitucionais que disciplinam a apreciação de vetos, Zavascki disse ter razão o relator ao apontar o seu descumprimento. Mas observou que,

por outro lado, a manutenção da liminar criaria sérios problemas para a atividade legislativa, uma vez que a suspensão de votações prevista na Constituição diria respeito a todas as proposições legislativas, não apenas aos vetos presidenciais.

— É descumprimento reiterado e antigo, a ponto de haver atualmente pendentes de apreciação mais de 3 mil vetos, alguns com prazo vencido há 13 anos — afirmou.

### Insegurança

Para o ministro, uma rígida aplicação da Constituição resultaria num “futuro caótico” para o Congresso, pois implicaria paralisar qualquer nova deliberação, e ainda lançaria um “manto de insegurança jurídica” sobre todas as deliberações tomadas pelo

Legislativo nos últimos 13 anos.

Zavascki lembrou um precedente semelhante, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.029. Nesse caso, o que se alegou foi que, na tramitação da medida provisória que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), não foi atendido o dispositivo da Constituição pelo qual, antes de ir para o Plenário, a MP deve ser apreciada por uma comissão mista de senadores e deputados. O STF entendeu que, tendo em vista o grande número de leis aprovadas sem passar pela comissão mista, ficariam preservadas da declaração de inconstitucionalidade todas as MPs convertidas em lei até a data do julgamento, inclusive a lei do ICMBio. *(Com informações do STF)*

## Impasse começou em dezembro, com Lei dos Royalties

A polêmica encerrada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) teve início com divergências sobre a nova lei que muda a distribuição dos royalties do petróleo.

A lei vincula o pagamento dos royalties às regras do Fundo de Participação dos Estados e inclui todos os contratos de exploração de petróleo, inclusive os antigos — assim, recursos dos estados produtores de petróleo seriam transferidos para os não produtores. O texto desagradou a estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O pleito de manutenção das regras anteriores foi atendido pela presidente Dilma Rousseff, que vetou trechos da lei aprovada pelo Congresso, de modo a preservar o destino dos royalties previstos nos contratos antigos.

Para derrubar o veto de Dilma, parlamentares de estados não produtores aprovaram, no final de 2012, um regime de urgência, de modo a passá-lo à frente dos mais de 3 mil vetos pendentes, mas foram impedidos por uma liminar dada pelo ministro Luiz Fux, do STF.

### Fila

No entendimento de Fux, os vetos deveriam ser analisados em ordem cronológica, o que impediria que os vetos à Lei dos Royalties furassem a fila. A decisão de Fux foi tomada em resposta a um mandado de segurança apresentado pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

Parlamentares entenderam que nenhuma proposta poderia ser votada enquanto os mais de 3 mil vetos não fossem apreciados. Nem mesmo o Orçamento 2013 foi votado — desde dezembro, o governo tem liberado verbas orçamentárias de maneira emergencial.

A questão suscitou um pedido de esclarecimento do Congresso ao STF, uma petição da Advocacia-Geral da União (AGU) ao tribunal e um encontro dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, com o ministro Fux. Ele afirmou que a votação cronológica se aplica só aos vetos, podendo o Congresso “apreciar e votar proposições de natureza distinta”.

No entanto, a AGU apontou o risco de esse encaminhamento resultar em insegurança jurídica caso a decisão de Fux não fosse confirmada pelo Plenário do STF. A liminar foi derrubada ontem.

## Vital dirige análise de MP que destina royalties à educação

Em reunião ontem, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi eleito presidente da comissão mista

encarregada de analisar a Medida Provisória (MP) 592/12, que destina à educação 100% dos royalties

de contratos futuros de exploração de petróleo e 50% do Fundo Social. Acordo feito entre os membros da

comissão marcou a primeira sessão ordinária do colegiado para a próxima terça-feira, às 14h.

# Aprovada regulamentação do Fundo do Centro-Oeste

Para Delcídio do Amaral, medida garante investimentos aos estados da região. Proposta também prevê créditos para a Caixa e o Banco do Brasil financiarem projetos de infraestrutura e crédito pessoal

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). A matéria faz parte de projeto de lei de conversão (PLV) que perderia a validade hoje. Agora, vai a sanção presidencial.

O texto do PLV foi aprovado inicialmente pela comissão mista que analisou a medida provisória (MP) 581/12, cujo relator foi o senador Delcídio do Amaral (PT-MS). A MP sofreu alterações na Câmara dos Deputados.

Para o parlamentar, a aprovação do PLV é “uma grande vitória” para a Região Centro-Oeste, por garantir

investimentos para os estados que a compõem.

A proposta autoriza a União a conceder subvenção às taxas de juros do FDCO. Esse incentivo se dará pelo pagamento, pela União, da diferença entre o custo de captação dos recursos e os encargos finais cobrados do tomador do empréstimo. A criação do fundo está prevista na Lei Complementar 129/09.

## Créditos

Além de regulamentar o FDCO, o PLV 32/12 autoriza a União a conceder créditos de R\$ 13 bilhões à Caixa Econômica Federal. Os recursos destinam-se a financiar

projetos de infraestrutura e de agropecuária e crédito a pessoas físicas.

Desse total, R\$ 3 bilhões devem ser utilizados para o financiamento de bens de consumo duráveis para famílias com renda de até R\$ 1.600. Projetos de infraestrutura devem receber outros R\$ 3,8 bilhões. De acordo com o texto, metade desses recursos irá financiar iniciativas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A União também fica autorizada a conceder crédito de R\$ 8 bilhões do Banco do Brasil para financiar o setor agropecuário na safra 2012-2013.



Delcídio do Amaral (D), relator da medida provisória sobre o FDCO, conversa com outros senadores em Plenário

## Banco a ser criado vai gerir os recursos

Os recursos do FDCO serão operados pelo Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), a ser criado. Além disso, o PLV 32/12 permite que o Conselho Monetário Nacional (CMN) altere as taxas cobradas pelo Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), pelo Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) e pelo FDCO, em qualquer período do ano, e não mais apenas em janeiro.

Os conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento terão o poder de definir o montante de recursos que poderão ser repassados pelos bancos

administradores dos fundos aos bancos operadores de crédito. Também será permitido que cooperativas de crédito operem os recursos, desde que comprovem capacidade técnica.

O PLV permite ainda ao CMN definir a remuneração dos bancos administradores dos fundos nos empréstimos feitos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo é diminuir a inadimplência dos pequenos agricultores. Os possíveis destinos dos recursos serão projetos de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural; de recuperação de áreas

afetadas por secas e enchentes; e de contratação de assistência técnica e extensão rural.

Manifestaram apoio à matéria Eunício Oliveira (PMDB-CE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), José Pimentel (PT-CE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), José Agripino (DEM-RN), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Waldemir Moka (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT), Blairo Maggi (PR-MT), Gim (PTB-DF), Pedro Taques (PDT-MT) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), falando também em nome de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), em licença médica.

(Com Agência Câmara)

## Remarcada instalação de duas comissões mistas

Foram remarcadas para 6 de março as reuniões para eleição de presidentes e vices de comissões mistas encarregadas de analisar outras duas MPs: a 606/13 e a 607/13. Elas estavam previstas para ontem, mas não houve quórum.

A MP 606/13 permite que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atue em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo governo federal.

A MP 607/13 trata do aumento de benefícios do Bolsa Família, para superação da extrema pobreza.

A comissão encarregada da MP 606/13 vai se reunir às 14h. O grupo que analisará a MP 607/13, às 14h30.

## Jucá propõe mais segurança para casas de espetáculo

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu ontem projeto de autoria dele que trata de normas de segurança para o funcionamento de boates e casas de shows e define requisitos a serem observados para a concessão de alvarás.

Jucá disse que o PLS 37/13 traz condicionantes como a exigência de para-raios e dispositivos de alarme sonoro em caso de incêndio e proibição de shows pirotécnicos.

— Várias casas noturnas estavam funcionando em cima de liminar. Meu projeto veda a liminar para a concessão de alvará. É um ponto a mais para evitar o jeitinho e expor as pessoas ao perigo.

Após o incêndio que matou 239 pessoas em uma boate em Santa Maria (RS), no final de janeiro, vários projetos foram apresentados para melhorar a segurança em casas de espetáculo.

O PLS 26/13, de Jorge Viana (PT-AC), obriga todos os estabelecimentos, independentemente da capacidade e do porte, a contratar no mínimo duas pessoas treinadas pelo corpo de bombeiros para manusear os equipamentos contra incêndio e promover a evacuação ordenada do recinto, caso necessário.

## Ana Amélia lembra homenagem às vítimas de incêndio em boate

Ana Amélia (PP-RS) destacou em discurso ontem homenagem feita pela população de Santa Maria (RS) aos 239 jovens mortos no incêndio da boate Kiss, ocorrido na madrugada de 27 de janeiro.

Familiares e amigos das vítimas reuniram-se na Praça Saldanha Marinho, tradicional ponto de encontro da população e dos estudantes em Santa Maria. Eles fizeram “um minuto de barulho” em memória dos mortos. Houve também caminhada e realização de missa e culto.

A senadora explicou que o objetivo da homenagem foi chamar a atenção das autoridades para que a tragédia de Santa Maria não seja esquecida e, sobretudo, não se repita em outros locais. Ela informou que a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul pretende mover ação civil pública contra os donos da boate, com pedido de indenização para as famílias.

Ana Amélia lembrou que outras medidas importantes



Projeto do senador veda decisões liminares para concessão de alvarás

O PLS 35/13, de Gim (PTB-DF), e o PLS 36/13, de Eduardo Amorim (PSC-SE), estabelecem exigências para casas com capacidade acima de 250 pessoas.

## MP dos Portos

Jucá ainda disse que a MP dos Portos (MP 595/12) é um avanço na discussão do custo dos portos brasileiros. Segundo ele, é preciso discutir também as despesas marítimas, como logística, taxas, ancoragem e praticagem (condução das embarcações nas zonas portuárias). Ele admitiu que alguns desses assuntos não constam do texto da MP, mas disse que é preciso debater a modernização dos portos do Brasil.

já foram adotadas no Rio Grande do Sul. Entre elas, a participação do Ministério Público em força-tarefa que inspecionou casas noturnas em Caxias do Sul (RS).

A parlamentar apresentou requerimento para discutir o PLS 491/11, que trata de regras de inspeção predial. Ela disse que representantes dos setores da construção e indústria serão convidados a debater o projeto.

O Plenário do Senado, lembrou Ana Amélia, aprovou requerimento de autoria dela para a criação de comissão especial que irá apresentar propostas sobre a legislação de incêndio no Brasil.

— Cabe ao Congresso Nacional racionalizar esse arcabouço e propor regras que garantam a segurança do cidadão, para evitar que outras tragédias ocorram no país — disse.

Ela apelou aos líderes para que indiquem os membros da comissão, a ser formada por seis senadores titulares e seis suplentes.

# Senado aprova MP que desonera empresas

Medida provisória, que agora vai para sanção presidencial, reduz tributação sobre a folha de pagamento de setores como transporte, engenharia e serviços hospitalares

O PLÊNARIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 1/13, originário das alterações feitas na Câmara dos Deputados à Medida Provisória (MP) 582/12.

A matéria, que vai para sanção presidencial, amplia a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores da economia, tributando a receita bruta em substituição às contribuições para a Previdência.

A MP também concede outros benefícios para estímulo da economia, que totalizam uma renúncia fiscal de R\$ 16,48 bilhões de 2013 a 2017.

Entre os setores beneficiados pela medida provisória,

poderão pagar alíquota de 2% sobre a receita até dezembro de 2014 as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, de transporte ferroviário e metroviário de passageiros, de prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária, de engenharia e de arquitetura, de manutenção de veículos e equipamentos militares e aeroespaciais e de serviços hospitalares.

Com alíquota de 1%, serão beneficiadas as transportadoras rodoviárias de cargas, as empresas de táxi-aéreo, as empresas jornalísticas e de radiodifusão (exceto cooperativas) e as que recuperam resíduos sólidos para reciclagem. A alíquota também valerá para os

seguintes produtos: castanha e suco de caju, melão, melancia, fogos de artifício, livros, jornais, absorventes higiênicos, armas e munições.

O relator da MP, Francisco Dornelles (PP-RJ), salientou a importância da redução do custo Brasil para um crescimento econômico sustentado, sendo acompanhado pelos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), José Agripino (DEM-RN), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Armando Monteiro (PTB-PE), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Gim (PTB-DF), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Aécio Neves (PSDB-MG), porém, reclamou do “vício” do governo de permitir que uma só MP trate de questões distintas e disse temer a fragilização de estados e municípios com a perda de arrecadação decorrente da medida.

José Pimentel (PT-CE) respondeu a Aécio que o

Ministério da Fazenda não avalizou as emendas do Poder Legislativo que ampliaram a desoneração tributária da MP e que o governo está discutindo a melhor forma de não permitir que a norma prejudique as contas estaduais e municipais. (Com informações da Agência Câmara)



Renan preside sessão deliberativa que aprovou desoneração: renúncia fiscal prevista é de R\$ 16,48 bi em quatro anos

## Beneficiados com a redução de imposto

SETOR: Exemplo de produto ou serviço	
▶ <b>TRANSPORTE:</b> Transporte rodoviário de passageiros e cargas, transporte ferroviário de passageiros, transporte metroviário de passageiros, táxi-aéreo, locomotivas e vagões, bicicletas	
▶ <b>SERVIÇOS:</b> Serviços hospitalares, manutenção de veículos e equipamentos militares	
▶ <b>ALIMENTOS:</b> Castanha de caju, suco de caju, melões, melancias, carnes de aves, peixes, moluscos, crustáceos	
▶ <b>HIGIENE PESSOAL:</b> Produtos de beleza, maquiagem, espuma e lâmina de barbear, absorvente higiênico	
▶ <b>SAÚDE:</b> Chapas para raios X, insumos de odontologia, insumos de hemodiálise, cateteres, aparelhos de eletrocardiograma, ecografia, ressonância magnética, tomografia computadorizada, radiologia, endoscópios, seringas, rins artificiais, aparelhos de medir pressão arterial, válvulas cardíacas, aparelhos de surdez, marca-passos, camas de hospital, mesas de operação	
▶ <b>AUTOMOTIVO:</b> Pneus, câmaras de ar de borracha	
▶ <b>PAPÉIS:</b> Papel de jornal, papéis de impressão, papel toalha, papel higiênico, caixas de papelão	
▶ <b>CONSTRUÇÃO CIVIL:</b> Pias, lavatórios de cerâmica, telhas, lajes, tijolos, vidro	
▶ <b>METALURGIA:</b> Parafusos, machados, alicates, marretas, martelos, cadeados	
▶ <b>ELETRDOMÉSTICOS:</b> Fogão de cozinha, refrigeradores duplex, congeladores, máquinas automáticas de lavar	

## Senadores confirmam novos embaixadores para Irã e Itália

O Senado aprovou ontem os nomes de oito novos embaixadores. Os indicados pela presidente Dilma Rousseff já haviam passado por sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) em 2012.

Ricardo Neiva Tavares foi aprovado para a Itália. Ele acumulará as embaixadas de San Marino e Malta. A sabatina do novo embaixador foi realizada em novembro. Na ocasião, ele falou sobre os motivos da crise econômica na Europa.

— A Europa sairá fortalecida. Tem melhorado seus mecanismos de defesa, como o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, e o Banco Central Europeu tem tido um papel importante na estabilização. Caminha para uma união bancária e uma união fiscal parcial.

Para a embaixada do Chile, a indicação aprovada foi de Georges Lamazière. Durante a sabatina, também em novembro, o tema predominante foi a ausência do país no Mercosul. Lamazière lembrou que o Chile tem status de Estado associado, o que significa a

possibilidade de participação nas reuniões como convidado, mas sem direito a voto.

Para exercer a chefia de missões diplomáticas na África, foram aprovados os nomes de Gustavo Martins Nogueira para o Malawi e Paulo Uchôa Ribeiro para a República Democrática do Congo. Marcela Maria Nicodemos comandará a embaixada no Quênia e acumulará a representação brasileira em Ruanda, Uganda e Burundi.

Na Ásia, foram aprovados os nomes de Antonio Luis Espinola Salgado para a Turquia, Santiago Irazabal Mourão para o Irã e Wanja Campos da Nóbrega para Bangladesh.

Desde dezembro, foram enviadas à CRE mais 11 mensagens presidenciais de indicações para embaixadores (Argentina, China, Belize, Timor Leste, Armênia, Tunísia, Grécia, Hungria, Azerbaijão e Colômbia, além de representante permanente em Genebra). Caberá ao novo presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), indicar os relatores.

### As embaixadas

A seguir, os países que terão novos representantes do Brasil:

	<b>Itália</b> Ricardo Neiva Tavares
	<b>Chile</b> Georges Lamazière
	<b>Malawi</b> Gustavo Martins Nogueira
	<b>República Democrática do Congo</b> Paulo Uchôa Ribeiro
	<b>Quênia</b> Marcela Maria Nicodemos
	<b>Turquia</b> Antonio Luis Espinola Salgado
	<b>Irã</b> Santiago Irazabal Mourão
	<b>Bangladesh</b> Wanja Campos da Nóbrega

## Projeto sobre agências reguladoras ganha urgência

O Plenário do Senado aprovou urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 10/13, que prevê o comparecimento anual dos dirigentes das agências reguladoras ao Senado.

A proposta é do segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele sugeriu que as prestações de contas sejam feitas em reuniões conjuntas de três comissões: a comissão específica relacionada à área da agência, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

### CPI da Saúde

Foi lido em Plenário ainda requerimento para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar fatos de “gravíssimas violações de direitos humanos” causados por erros de dirigentes, médicos e demais profissionais dos hospitais públicos e privados.

A iniciativa dos senadores de investigar erros médicos ganhou força depois do recente caso do Hospital Evangélico, em Curitiba, onde uma médica e sua equipe são acusadas de antecipar a morte de pacientes do SUS para favorecer os clientes de planos de saúde ou atendimento particular.

O requerimento de CPI precisa agora ser publicado no *Diário do Senado Federal* e, em seguida, ter os integrantes designados pelas lideranças partidárias. A comissão parlamentar será formada por 11 titulares e 6 suplentes, respeitando a proporcionalidade partidária da Casa.

Também foi aprovado ontem um requerimento para realização de sessão especial em memória dos mortos no Holocausto. A solenidade, sugerida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também lembrará os 70 anos de insurreição dos judeus no gueto de Varsóvia. A sessão está marcada para 8 de abril.

# Entre prioridades de comissão, Vital cita proposta que desafoga STF

Escolhido ontem, novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania disse que também é necessário votar logo a reforma do Código Penal e a PEC que cria a carreira de médico do Estado

**ELEITO POR ACLAMAÇÃO** para presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o período 2013-2014, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) indicou ontem a linha de atuação de sua gestão. De acordo com ele, temas de grande interesse da sociedade, como a segurança pública, e propostas de autoria parlamentar deverão ter prioridade na CCJ.

A atualização do ordenamento legal do país é uma das metas traçadas, o que inclui a reforma do Código Penal, que está em debate no Senado desde o ano passado.

— Nosso Código Penal é de 1940. Muitos dispositivos já perderam eficácia, gerando impunidade — disse o novo presidente.

Quanto às proposições de iniciativa parlamentar prioritárias, Vital relacionou duas propostas de emenda à Constituição.

A primeira foi a PEC 15/11, encabeçada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, com o objetivo de desafogar os tribunais superiores.

A segunda foi a PEC 34/11, de iniciativa do próprio Vital, que cria a carreira de médico de Estado.

## Marco da internet

Outra prioridade apontada por Vital do Rêgo é a aprovação do marco civil da internet,

projeto encaminhado pelo Poder Executivo em 2011 e que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O senador defendeu a autonomia do Poder Legislativo e um maior rigor nos critérios de análise das indicações de autoridades pelos Poderes Executivo e Judiciário.

— Não hesitarei em discutir de forma clara temas que possam ser conflitantes inter-poderes, sempre tendo como bússola a Constituição.

## Jubileu

O novo presidente da CCJ relacionou entre as metas da comissão para o biênio a reforma do Regimento Interno do Senado, a convocação regular do ministro da Justiça ao Senado, para prestar contas da política nacional de segurança pública, e a criação de uma subcomissão para avaliar a legislação infraconstitucional que ainda precisa de regulamentação para ser aplicada.

Os 25 anos da promulgação da Constituição, que serão comemorados neste ano, foram lembrados por Vital do Rêgo, que pediu apoio dos demais integrantes da CCJ para que a comissão cumpra rigorosamente seu papel de zelar pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela regimentalidade das propostas apresentadas.

— O diálogo, a cooperação, o entendimento e o trabalho farão parte de meu cotidiano nesta comissão — afirmou o senador.



Anibal foi eleito vice e Vital, presidente da CCJ: regras para internet na pauta

José Cruz/Agência Senado

## Definição de comandos

Além da CCJ, oito comissões permanentes do Senado e uma mista, composta também por deputados, já escolheram os presidentes (leia mais nas páginas 8, 9 e 11).

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL	
<b>CAE</b>	<b>Comissão de Assuntos Econômicos</b> » Lindbergh Farias (PT-RJ)
<b>CCJ</b>	<b>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> » Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b>CE</b>	<b>Comissão de Educação, Cultura e Esporte</b> » Cyro Miranda (PSDB-GO)
<b>CRE</b>	<b>Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> » Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
<b>CI</b>	<b>Comissão de Serviços de Infraestrutura</b> » Fernando Collor (PTB-AL)
<b>CDH</b>	<b>Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa</b> » a definir
<b>CAS</b>	<b>Comissão de Assuntos Sociais</b> » Waldemir Moka (PMDB-MS)
<b>CMA</b>	<b>Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle</b> » Blairo Maggi (PR-MT)
<b>CRA</b>	<b>Comissão de Agricultura e Reforma Agrária</b> » Benedito de Lira (PP-AL)
<b>CCT</b>	<b>Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática</b> » a definir
<b>CDR</b>	<b>Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo</b> » a definir

COMISSÕES MISTAS	
<b>CMMC</b>	<b>Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas</b> » Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
<b>CMO</b>	<b>Comissão Mista de Orçamento</b> » a definir
<b>FIPA</b>	<b>Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas</b> » a definir

# Em 2 anos, colegiado votou cerca de 700 projetos

A passagem do comando da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para os senadores Vital do Rêgo e Anibal Diniz (PT-AC) — eleitos presidente e vice-presidente para o período 2013-2014 — marcou o fim da gestão dos senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e José Pimentel (PT-CE) na comissão.

— Estou feliz e agradecido pelo engrandecimento político e pessoal com o trabalho cívico, democrático e republicano realizado nesses dois anos na CCJ — disse Eunício.

Do balanço das atividades de 2011 e 2012 distribuído aos integrantes da comissão,



Eunício Oliveira, que deixou a presidência da CCJ: "trabalho cívico e democrático"

o senador destacou a realização de 116 reuniões e 16 audiências públicas e a votação de 672 projetos. Reforma política, direito do consumidor, trabalho e emprego, proteção social à família e segurança pública

foram alguns dos temas em destaque no período citado por Eunício.

Como líder do bloco parlamentar da Maioria, partiu de Eunício a indicação de Vital para sucedê-lo na presidência da CCJ. Ele aconselhou o

colega a harmonizar o trabalho da comissão para que, ao final do biênio, possa dizer que "sai com a certeza de dever cumprido".

Antes de o senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciar a eleição de Vital e Anibal por aclamação, os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Pedro Taques (PDT-MT), José Agripino (DEM-RN), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Braga (PMDB-AM) se revezaram em elogios à gestão de Eunício e desejaram sucesso a Vital no comando da CCJ.

José Cruz/Agência Senado

## Anibal registra participação em eventos no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) relatou, terça-feira, sua participação em três solenidades no estado do Acre na semana passada. Entre elas, a organizada pelo PT em comemoração aos 33 anos do partido.

O senador participou, ainda, da entrega de mais um trecho do Programa Luz para Todos na comunidade Pirangi-Rã, no município de Senador Guiomard, e da aula inaugural com alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

— Nessas três atividades, a gente pode refletir sobre o quanto a política tem presença na nossa vida e o quanto ela pode contribuir para melhorar a vida das pessoas.

## Ângela defende funcionalismo de ex-territórios

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que regulariza a situação dos servidores públicos dos antigos territórios do Amapá e de Roraima contratados entre outubro de 1988 e outubro de 1993.

A senadora informou que parlamentares dos dois estados fecharam acordo com as lideranças partidárias para que a matéria seja apreciada este ano pelo Congresso.

A proposta (PEC 111/11), da deputada Dalva Figueiredo (PT-AP), permite que os servidores sejam incorporados a quadro em extinção da administração pública federal.

A regra já vale para aqueles que foram contratados antes de outubro de 1988, quando esses territórios foram transformados em estados.



Senadora diz que Congresso deve analisar tema este ano

Pablo Fringon/Agência Senado

# Aprovada mudança na análise de indicados para agências reguladoras

Se houver falha na documentação que acompanha as mensagens presidenciais, processo será encaminhado ao presidente do Senado

O EXAME DE indicados pelo Executivo para a direção de agências reguladoras passará a ter análise preliminar de princípios constitucionais e legais. Caso a documentação que acompanha a mensagem presidencial não atenda os requisitos, o processo será encaminhado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ao presidente do Senado para providências.

A mudança, proposta como Ato 4/13—CI pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovada ontem pela comissão e já vale para a próxima indicação recebida pelo Senado. A proposta também altera o dia das reuniões regulares da comissão para as quartas-feiras, às 8h30, em vez de às quintas-feiras.

## Exigências

Atualmente, quando se detecta a falta de algum documento, como a comprovação de qualificação técnica do indicado, os funcionários da comissão se empenham para complementar as exigências processuais. Esse rito segue



Fernando Collor (D) preside a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura que aprovou novo rito para indicações

o funcionamento previsto no Ato 1/09—CI. A partir de agora, caso haja alguma falha na documentação apresentada, o processo será enviado à Presidência do Senado para que a documentação seja providenciada ou feita a solicitação dos dados à Casa Civil.

Após a fase de admissibilidade, considerando a documentação recebida, o relator apresentará seu parecer e discutirá com os senadores da comissão as questões a serem formuladas ao indicado no momento da arguição. Nessas duas etapas, não será exigida a presença do indicado.

Na terceira etapa, após intervalo máximo de duas reuniões, o indicado será submetido à arguição, e os senadores votarão o relatório. O parecer da comissão, então, seguirá para votação final no Plenário.

## Papel fundamental

Para Collor, as agências reguladoras têm papel fundamental no incentivo a investimentos privados em infraestrutura, o que contribui para a diminuição do custo Brasil. Ele ressaltou que, apesar de o Estado não ter capacidade física ou gerencial para executar todos os investimentos

necessários à modernização do país, deve formular objetivos e regras para fomentar os investimentos.

— Conclui-se que as agências reguladoras são de fundamental importância para o crescimento econômico e para o bem-estar dos cidadãos. Cumpre, então, cuidar para que a qualidade técnica das agências seja a melhor possível — disse o senador, ao observar a necessidade de se estabelecer alguma forma de controle para que as agências reguladoras não sejam utilizadas em prol de interesses das empresas reguladas.

## Especialistas vão debater logística e infraestrutura

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) voltará a fazer ciclo de debates sobre infraestrutura e logística com especialistas em energia, transporte, água e telecomunicações. Segundo requerimento de Fernando Collor (PTB-AL) aprovado ontem pela comissão, as audiências acontecerão quinzenalmente às 18h das segundas-feiras, até 2014. A primeira, marcada para 18 de março, vai discutir o setor energético.

Para Collor, os problemas de infraestrutura estão relacionados à falta de investimentos em setores-chave, à ineficiência de gestão e à interlocução deficiente do governo com órgãos fiscalizadores. Ele acredita que a comissão poderá promover o diálogo e contribuir para medidas que melhorem a infraestrutura e a logística.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acrescentou que obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não estão sendo efetivamente realizadas. No entanto, diz ele, o governo apresenta ações midiáticas que levam a sociedade a ter uma noção distorcida da realidade.

## Obras do Rio São Francisco podem ganhar subcomissão

A Comissão de Serviços de Infraestrutura deverá criar uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco. A proposta é do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL).

O requerimento foi retirado da pauta de ontem da CI a pedido do próprio autor. Collor explicou que, por equívoco, a pauta incluía extinção da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil para que fosse possível a criação da nova subcomissão. Segundo o senador, deverá ser extinta, no entanto, a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Assim, o requerimento terá que ser reapresentado.

Collor disse que a proposta de criação dessa subcomissão

se deve à seca que o Nordeste enfrenta — segundo ele, a mais grave dos últimos 50 anos — e que está matando milhares de pessoas naquela região. Com a subcomissão, disse, o governo será informado sobre a necessidade do

prosseguimento e conclusão das obras de transposição para evitar calamidades como a atual.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu a ampliação do foco da nova subcomissão para que possam ser acompanhadas

outras obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, segundo ele, estão “empacadas”.

Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou a extinção da Subcomissão de Desenvolvimento Urbano. Em sua

opinião, é preciso discutir o tema, uma vez que o país está se preparando para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, enquanto a questão da mobilidade urbana não está resolvida.



Os trabalhos para a transposição do Rio São Francisco, para enfrentar a seca no Nordeste, serão acompanhados pelos senadores do colegiado a ser criado pelo Senado

## Comissão da MP dos Portos já tem plano de trabalho

Foi definido ontem o calendário de audiências públicas e o plano de trabalho da comissão mista sobre a medida provisória que trata da exploração de portos pela União e das atividades dos operadores portuários.

Eduardo Braga (PMDB-AM), relator da MP 595/12, propôs ouvir os convidados em blocos, começando pelos representantes dos trabalhadores dos portos, como a Federação Nacional dos Estivadores, a partir de 6 de

março. Na semana seguinte seria a vez dos empresários de setores agrícola, industrial, comércio, navegação marítima e outros e, por último, representantes do governo: a Secretaria Especial de Portos, o Ministério do Tra-

balho e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A MP tem o apoio das empresas exportadoras, mas sofre críticas dos sindicalistas, que reclamam da perda de direitos trabalhistas. Com as alterações, as empresas

poderão operar novos terminais privados com livre contratação de pessoal.

Para o presidente da comissão, deputado José Guimarães (PT-CE), essa será a chance do debate e de ampliar o diálogo entre todos os envolvidos.

## Garibaldi cobra investimentos em energia eólica

Mais investimentos em fontes alternativas de energia foram defendidos por Garibaldi Alves (PMDB-RN). Entre as vantagens destacadas por ele no uso da energia eólica, estão o baixo custo e o menor impacto ambiental em relação às fontes tradicionais.

— Não utiliza água, não emite gases poluentes e nem gera resíduo. Por tudo isso, temos que incentivar a produção de energia eólica. Faço um apelo para que o governo, com o setor privado, incremente os investimentos nessa área — disse o senador.

Garibaldi explicou que o potencial eólico do país está concentrado basicamente nas Regiões Nordeste e Sul, com destaque para o Rio Grande do Norte, o Ceará, a Bahia e o Rio Grande do Sul.

— A natureza foi generosa com o Rio Grande do Norte, que tem potencial inigualável em termos de produção de energia eólica. As condições de vento do meu estado são uma das melhores do mundo para geração desse tipo de energia. Temos que criar mecanismos para gerar mais receitas aos estados produtores, motivando o crescimento desse setor.

### Transmissão

Garibaldi ressaltou que há 26 parques eólicos prontos no Rio Grande do Norte e na Bahia, mas que não estão operando porque ainda não foram instaladas linhas de transmissão para levar energia ao consumidor.

— É preciso evitar os atrasos em obras federais que estão impedindo a operação dos parques eólicos, afetando os investimentos e onerando os custos do setor no Brasil. Rogo aos setores competentes para colocarmos em funcionamento o que já está pronto para ser usado — pediu.



Garibaldi destaca custo e impacto ambiental menores



Eduardo Amorim ouviu primeiro discurso de Blairo Maggi como presidente da CMA: sem restrições para o debate de ideias

## Blairo assume comando da Comissão de Meio Ambiente

Novo presidente da CMA disse que as ações ambientais que adotou como empresário e como governador de Mato Grosso o credenciam para o cargo

O SENADOR BLAIRO Maggi (PR-MT) foi eleito ontem presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Eduardo Amorim (PSC-SE) foi eleito vice-presidente. Escolhidos por aclamação, eles vão comandar o colegiado até 2014.

Pouco antes da eleição, Blairo respondeu a setores que, segundo ele, “não entendem” sua presença no comando da CMA, que tem a atribuição de debater e votar projetos da área ambiental. Segundo ele, tanto a atuação como empresário quanto os oito anos à frente do governo de Mato Grosso o credenciam para o cargo.

— Os trabalhos feitos para a conservação do meio ambiente e os números que temos no estado de Mato Grosso falam por si sós — disse.

Blairo Maggi afirmou que, apesar de tudo o que já foi falado e escrito sobre ele, em seu governo houve redução do desmatamento. Quanto à atuação do Grupo André Maggi, líder na produção mundial de soja, disse que segue rigidamente a legislação ambiental.

Mais do que obrigação, ele afirmou ser assim por convicção. — Se não cuidarmos bem da terra, se o produtor não cuidar bem do meio ambiente em que vive, ele não terá futuro.

### Agenda de temas

Blairo assegurou aos integrantes da CMA que poderão sugerir pontos para a agenda de temas, para uma discussão “às claras, sem qualquer restrição ou óbice”.

Quem coordenou os trabalhos da eleição foi o senador José Agripino (DEM-RN), que explicou a ausência do ex-presidente da CMA Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), por questões de saúde. Blairo Maggi anunciou que, numa próxima reunião, haverá a passagem oficial do cargo, com

oportunidade para Rollemberg se despedir.

O vice-presidente da CMA, Eduardo Amorim, disse que vai trabalhar junto com o presidente para garantir o equilíbrio nos debates, promovendo a diversidade de pensamento.

A começar por José Agripino, diversos senadores desejaram sucesso aos novos dirigentes, além de atestar as credenciais de Maggi para o posto de presidente. Fernando Collor (PTB-AL) lembrou, como exemplo, que o colega é o único produtor de soja do país que detém certificação de sustentabilidade ambiental expedida pela principal entidade da Alemanha dedicada a essa função.

A assessoria de Blairo Maggi distribuiu um relatório em que destaca as ações de sustentabilidade do Grupo André Maggi e as ações no governo de Mato Grosso, como a criação da Secretaria de Meio Ambiente e a aquisição de viaturas e helicópteros para controle das áreas de preservação ambiental.

## Vanessa é escolhida para Comissão sobre Mudanças Climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) já tem nova presidente, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), eleita ontem. Como vice-presidente, a comissão elegeu o deputado Fernando Ferro (PT-PE). O relator será o deputado Sarney Filho (PV-MA).

A nova presidente da comissão lembrou que, apesar de 2013 ser um ano aparentemente mais tranquilo do que 2012, quando foi realizada a Conferência Rio+20, haverá muito trabalho.

— A tranquilidade é só aparente. Existe a necessidade de pôr em prática tudo aquilo que vem sendo aprovado pelos organismos internacionais. Nós podemos dar uma grande contribuição — afirmou.

Sarney Filho disse considerar que, embora tenha havido alguns retrocessos, o Brasil tem uma legislação avançada e que o Congresso tem um papel de vanguarda no debate da sustentabilidade. Ferro apontou como desafio



Vanessa conduz reunião em que também foram escolhidos os deputados Fernando Ferro (E) como vice e Sarney Filho (D) como relator

a questão da desertificação. Ele lembrou que o semiárido nordestino enfrenta uma situação grave de escassez de água e que as ações dos órgãos públicos são paliativas. Para ele, falta articulação entre órgãos de governo e uma visão de Estado sobre a questão.

— A comissão pode dar uma contribuição para promover o debate em torno dessa temática, que é urgente e requer ações emergenciais. Temos rebanhos sendo dizimados, uma situação

econômica gravíssima, com a perda do PIB e o desmonte de estruturas de produção.

Para o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ), é preciso que a comissão se debruce em 2013 sobre as recomendações da Rio+20, evento paralelo da conferência Rio+20. Entre as recomendações, está a construção de um novo indicador em substituição ao produto interno bruto (PIB), considerado precário, para incluir indicadores sociais e ambientais.

## Cícero pede ações do governo contra seca na Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu a atenção do governo federal à situação dos paraibanos no enfrentamento da seca na região. Segundo o senador, um levantamento da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) mostrou que 50 açudes estão com volume abaixo de 20% no estado.

— Enquanto a chuva não vem, apelo para o governo central. Apelo para a necessidade de destravar a burocracia, para dar celeridade às ações de ajuda ao sertanejo.

Na opinião de Cícero, é preciso reforçar o programa de distribuição de água, completar a obra de transposição do Rio São Francisco, negociar as dívidas de produtores e criar uma política de crédito rural para os agricultores do semiárido.

O senador disse que está prevista uma visita da presidente Dilma Rousseff à Paraíba nos próximos dias. Ele pediu que ela visite também as cidades mais atingidas pela seca, para conhecer a realidade do pequeno produtor.

### Bispo

Cícero também destacou a posse, no último dia 16, de dom Eraldo Bispo da Silva como bispo de Patos (PB). Ele relatou que dom Eraldo tratou, em sua primeira homilia, da forma como o sertanejo enfrenta a seca no Nordeste.

De acordo com o senador, o bispo pediu incentivos às atividades de geração de renda, métodos de combate à seca e parcerias sem interesses políticos.

Cícero leu o trecho da homilia em que dom Eraldo disse que “o que mais dói é a indiferença daqueles que não se movem para aliviar o sofrimento desses bravos sertanejos”.



Cícero Lucena quer reforço na distribuição de água na PB

# Cyro quer recursos do pré-sal na educação

Senador foi eleito presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em reunião que também escolheu Ana Amélia como vice-presidente do colegiado

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) deverá fazer um “acompanhamento especial” da destinação dos royalties do petróleo na camada pré-sal, anunciou ontem Cyro Miranda (PSDB-GO), logo após ser eleito presidente do colegiado. Com esse trabalho, disse, a comissão ajudará a tornar realidade o uso dos recursos dos royalties na melhoria da educação brasileira.

— Existe um consenso no sentido de se destinar os recursos à educação. A comissão deve estar atenta, pois esta deve ser vista como uma questão de Estado — afirmou.

Cyro foi eleito em reunião presidida por Pedro Simon (PMDB-RS). Ana Amélia (PP-RS), escolhida para vice-presidente, ressaltou a importância do trabalho da CE nas áreas de educação, cultura e esporte. Ela citou, entre outras conquistas recentes, a aprovação da Lei Geral da Copa e o adiamento da vigência do acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa.



Cyro Nogueira fala após sua eleição para presidente da Comissão de Educação, ao lado da vice-presidente, Ana Amélia

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que os tucanos consideraram a hipótese de comandar a Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas optaram pela CE por entender que a educação é a “infraestrutura das infraestruturas, a infraestrutura da cidadania”.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiou Cyro e Ana Amélia

e lamentou que a educação ainda não tenha “seu espaço devido” no país, que não universalizou o ensino médio e tem 9% de analfabetos. Aécio Neves (PSDB-MG) lamentou a “constrangedora posição” do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou a criação, no governo

Fernando Henrique, do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef).

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) considerou a educação “um dos grandes gargalos do crescimento”. Magno Malta (PR-ES) defendeu a inclusão do debate sobre as drogas nas escolas e José Agripino (DEM-RN) pediu prioridade para a

educação fundamental.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) propôs uma busca ativa dos analfabetos, como o governo faz com pessoas em extrema pobreza para incluí-las em programas sociais. Waldemir Moka (PMDB-MS), eleito presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pediu que as duas comissões trabalhem em sintonia para enfrentar problemas como o uso de drogas. Benedito de Lira (PP-AL) citou a Coreia do Sul pelos investimentos em educação e lamentou que o Nordeste ainda seja um “depósito de analfabetos”.

Armando Monteiro (PTB-PE) pediu que a educação tenha “centralidade absoluta na agenda” e Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou atenção para a evasão de 900 mil universitários de 2008 a 2009. Ângela Portela (PT-RR) e José Pimentel (PT-CE) ressaltaram a importância de debater o Plano Nacional de Educação, com metas para os próximos dez anos.

## Moka é presidente da Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) elegeu ontem o comando para o biênio 2013-2014. Waldemir Moka (PMDB-MS) substituiu Jayme Campos (DEM-MT) na presidência. A vice-presidência ficou com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que assume o posto de Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Moka disse que, embora seja médico, não pretende polarizar a pauta com questões de saúde. Ele lembrou que a comissão trabalha prioritariamente em quatro frentes: área social, relações trabalhistas, previdência e saúde.

Ele antecipou que fará um cronograma para ser analisado na quarta-feira, disse que outras prioridades serão discutidas e informou que deve seguir a mesma linha de ação adotada por Jayme ao elogiar o presidente anterior.

— A condução foi exemplar. Jayme Campos não polemiza nem engaveta projetos, nem

partidariza a comissão. Quero me espelhar nesse exemplo.

Moka sugeriu que Jayme coordene a subcomissão que debaterá as fontes de financiamento da saúde. Ele parabenizou o colegiado pela escolha de Vanessa para a vice-presidência.

### Retrospectiva

Antes de a nova gestão assumir, Casildo despediu-se do cargo afirmando que nos últimos dois anos o interesse partidário sempre esteve abaixo do interesse público, o que resultou na aprovação de 276 projetos de relevância. Jayme citou o projeto de incentivos fiscais às vítimas de câncer, o fundo nacional de amparo a mulheres agredidas, o fornecimento gratuito da vacina contra HPV pelo Sistema Único de Saúde, a autorização do uso do FGTS para tratamentos de infertilidade, a regulamentação de profissões e a aposentadoria especial para

algumas categorias.

Seguro-desemprego para trabalhadores domésticos, inclusão previdenciária para donas de casa de baixa renda, política de proteção de pessoas com autismo, fundo de pensão de servidores públicos e isenção de imposto de renda para maiores de 65 anos foram outras matérias citadas por Jayme na retrospectiva.

Vários senadores elogiaram a gestão, destacando a independência e o equilíbrio na distribuição das matérias, dedicação e agilidade e o fato de não ter levantado obstáculos para aprovação de projetos importantes, apesar de ser da oposição ao governo.

De acordo com o ex-presidente da CAS, foram realizadas 107 reuniões durante o biênio. Além das 68 reuniões destinadas à votação de propostas, houve, como lembrou, a realização de audiências públicas, seminários, sabinas e o trabalho das subcomissões.



Ao lado de Vanessa Grazziotin e João Durval, Waldemir Moka anuncia que fará cronograma de trabalho para a comissão

## Humberto Costa destaca avanços na saúde no Brasil

Humberto Costa (PT-PE), que foi ministro da Saúde no governo Lula, citou ontem avanços na área durante os últimos dez anos, período em que seu partido está à frente do governo federal.

O Programa de Saúde da Família alcança 65% dos brasileiros, em 5.280 municípios. Segundo o senador, faltam 70 cidades para a universalização.

O índice de mortalidade infantil até 1 ano de vida para cada mil nascidos vivos era de 30,1 crianças em 2000, e hoje é de 16. Ele citou também o aumento na expectativa de vida, os Programas Brasil

Sorridente e Farmácia Popular e recordes na realização de transplantes.

Criado na gestão dele no ministério, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), segundo Humberto,

é considerado pela população “a melhor política social do governo”. O serviço, disse, cobre mais de 70% da população.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu a revisão dos

preços pagos pelo SUS aos hospitais filantrópicos. Humberto respondeu que essa demanda é correta, mas garantiu que o governo do PT recuperou valores pagos pelo sistema.



Pedro Franco/Agência Senado

## Collor afirma que setor em Alagoas está em estado crítico

Fernando Collor (PTB-AL) disse ontem que a situação da saúde pública em Alagoas é cada vez mais crítica.

— Dada a incapacidade, a inoperância e a letargia da administração do governador Teotônio Vilela Filho, os prognósticos de solução são os piores possíveis.

Segundo o senador, os problemas vão da deterioração de unidades até as condições de trabalho e remuneração. Ele frisou que uma denúncia

do Conselho Regional de Medicina aponta salários defasados dos médicos e falta de estrutura. A maioria dos recém-formados, observou, busca melhores salários em outros estados. A distribuição dos profissionais é outro problema: quase 95% estariam concentrados em Maceió.

Collor defendeu medidas como a valorização dos profissionais de saúde e investimentos nas unidades de atendimento.

# Cassol: procurador deu aval a exploração ilegal

Senador acusa integrante do Ministério Público de autorizar retirada de madeira e diamantes em terras indígenas. Declarações do procurador foram gravadas por índios

O SENADOR IVO Cassol (PP-RO) acusou na terça-feira o procurador da República Reginaldo Trindade de usar o Ministério Público Federal de Rondônia “em benefício próprio”, de maneira corporativista. Conforme o senador, gravação de vídeo mostra o procurador admitindo ser complacente com a exploração ilegal de madeira e diamantes em terras indígenas.

Cassol leu trechos das declarações do procurador na reunião, que teria sido gravada em vídeo pelos índios suruí, na qual teria sido dado o aval do procurador para a retirada de madeira ilegal daquela área indígena.

O senador acrescentou que quem sofreu o desgaste público, em âmbito mundial, como depredador da natureza, foi ele, que era governador do estado de Rondônia e que levava a culpa “pela inoperância, pela complacência, pela participação, pela convivência do Ministério Público Federal do estado”.

O senador disse que, depois de apresentar essa denúncia na Corregedoria Nacional

do Ministério Público, foi surpreendido por uma denúncia-crime segundo a qual ele estaria caluniando o procurador. Cassol acusou o procurador de persegui-lo.

Além disso, na semana retrasada, segundo informou Cassol, o Ministério Público Federal de Rondônia o processou por improbidade administrativa, acusando-o de “embaraçar, desmerecer e desacreditar os trabalhos dos membros do Ministério Público e da Polícia Federal”.

Cassol mostrou da tribuna um memorando da Fundação Nacional do Índio (Funai), datado de 15 de setembro de 2005, que comprovaria as ilegalidades em terras indígenas. O senador cobrou providência do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

— Foi o procurador que participou da reunião. Os índios o gravaram e disseram para ele que poderiam denunciá-lo, mas que não iriam denunciá-lo. E ele falou que sabia até da extração ilegal de diamantes, onde morreram 29 garimpeiros, onde continua até agora a extração ilegal. E aí ele falou



Cassol cobra providências do procurador-geral da República, Roberto Gurgel

que não podia fazer nada — disse Cassol.

Leia, a seguir, a íntegra do memorando da Administração Executiva Regional da Funai em Cacoal (RO):

“Como já é do conhecimento de todos que participaram de reunião realizada em 19/08/05, onde estiveram presentes lideranças indígenas e demais

membros das comunidades da etnia Suruí, representantes do Ibama, Funai e do sr. Reginaldo Pereira da Trindade, MD, procurador-geral da República no estado de Rondônia, para tratarem assuntos relacionados à exploração ilegal de madeira de lei, no interior das terras indígenas Sete de Setembro, jurisdicionadas a esta Regional,

decidido o consentimento verbal, pelo sr. procurador às comunidades indígenas ali presentes, a continuidade da retirada de madeira da área, em atendimento às solicitações das lideranças indígenas, da necessidade em se dar continuidade de retirada de madeira, para que pudessem, assim, saldarem seus débitos perante as partes interessadas na ilegalidade. Mediante esse argumento, lhes foram homologada verbalmente a autorização, até que as comunidades envolvidas pudessem sanar seus débitos para com seus credores.

No entanto, solicito de V.S.a. ver possibilidade em consultar ao nobre procurador se prazo concedido aos silvicultores já foi expirado, caso positivo, sugiro que sejam oficializados os órgãos repressores (Ibama e DPF) para a realização de possíveis operações de repressão ao redor da reserva, com finalidade de inibir as explorações ilegais de sua flora, uma vez que o fluxo de madeireiro vem causando grande impacto ambiental na referida reserva indígena.”

## Taques cobra política de segurança pública nacional

Um projeto de integração institucional e interseccional, com gestão de informação, formação de uma cultura da paz e prevenção ao crime foi defendido por Pedro Taques (PDT-MT). O senador cobrou a promoção de uma política nacional de segurança pública.

Taques citou levantamentos realizados pelo Ministério da Justiça, entre eles o que mostra que não foram produzidas informações consistentes sobre fatos apurados criminalmente em 22 mil casos investigados no

país. Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, o senador anunciou, entre as atividades previstas para 2013, um ciclo de audiências sobre obstáculos orçamentários, sistema penitenciário, penas alternativas, segurança de fronteiras, combate ao crime organizado, valorização dos profissionais e políticas antidrogas.



Taques anuncia ciclo de audiências a ser realizado em subcomissão

## Suplicy esclarece autoria de artigo sobre Yoani Sánchez

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que um artigo do jornalista Mário Augusto Jakobskind, com várias críticas à blogueira cubana Yoani Sánchez, foi incorretamente atribuído a ele no site do jornal *O Dia*.

O jornal pediu ao senador e a Jakobskind que escrevessem artigos com opiniões divergentes sobre Yoani, mas na página eletrônica o artigo de Jakobskind foi publicado como de autoria de Suplicy, explicou.

No artigo que escreveu, o senador classifica como “erro grave” as ofensas sofridas pela blogueira em passagem por várias cidades brasileiras e considera fundamental a luta por democracia e liberdade de expressão em Cuba.

— Ora, minha posição é muito diferente da de Jakobskind, que disse, por exemplo, que Yoani veio com a missão de afastar Cuba do Brasil — afirmou.



Texto de jornalista foi publicado em site como se fosse de Suplicy

## Santoro defende importação de combustível da Venezuela

A importação de combustíveis da Venezuela por Roraima, como forma de coibir o contrabando do produto na fronteira, foi defendida por Sodrê Santoro (PTB-RR). Segundo o senador, “é uma questão de mercado”: enquanto o preço do litro da gasolina em Boa Vista supera R\$ 3, na Venezuela é equivalente a R\$ 0,05, o que estimula a prática ilícita.

— Como não podemos impedir a Venezuela de vender a gasolina pelo preço que achar melhor, temos de adotar medidas internas — afirmou.

Os prejuízos aos cofres públicos, diz Santoro, chegam a R\$ 1,68 milhão por mês. A estimativa é de que metade da gasolina vendida no estado seja contrabandeada. A importação, na opinião dele, poderia forçar a redução dos preços da gasolina e atacar diretamente os cartéis.



Santoro quer evitar contrabando na fronteira com Roraima

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



No biênio 2013-2014, a CRE deverá ser comandada por Ricardo Ferraço (D) e terá Jarbas Vasconcelos como vice

## Ferraço quer diversificar o debate da política externa

Presidente da Comissão de Relações Exteriores — que terá Jarbas Vasconcelos como vice — defende participação de outros setores da sociedade, além da diplomacia e de especialistas, nas discussões

ELEITO PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que buscará, em sua gestão, ampliar a participação nas discussões em torno das relações exteriores do Brasil, incluindo outros atores além de diplomatas e demais especialistas do setor. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) foi eleito vice-presidente da comissão.

De acordo com Ferraço, a participação de outros setores da sociedade é necessária para que o Brasil, entre outros aspectos, possa reforçar sua identidade frente às nações estrangeiras, aproveitar melhor o potencial de boa vontade e simpatia que caracteriza o país, fortalecer a inserção competitiva das empresas nacionais no mercado mundial e firmar alianças mais sólidas na governança global.

Ferraço questionou se as instituições responsáveis pelas relações do Brasil com

outros países estão preparadas para um mundo em transformação e se as organizações que atuam em segmentos temáticos, como direitos humanos e meio ambiente, se sentem ouvidas na formulação da política externa brasileira.

— O Brasil de hoje é importante demais, grande demais, respeitado demais, para não cultivar, com o melhor de nossas energias, nossas interações com o mundo — disse.

### Fronteiras

Ferraço afirmou considerar que “a vertente internacional ultrapassa e até ignora fronteiras”, seja em ciência e tecnologia, cultura, educação, turismo, moda ou esportes, seja em aspectos negativos, como narcotráfico, terrorismo, lavagem de dinheiro e tráfico de pessoas.

Diante desses desafios, ele acredita que o Congresso deve ter um papel de protagonismo compartilhado com o Poder

Executivo na formulação da política externa e de defesa nacional.

— No pluralismo que caracteriza a democracia brasileira, o Parlamento há de ter protagonismo como caixa de ressonância a concretizar sua sagrada vocação para servir de antena de captação de anseios, de instrumento de ordenação do debate e de priorização de agendas, nas mais diversas áreas temáticas da problemática das relações externas do Brasil — disse.

Jarbas também discursou e agradeceu a indicação do PSDB, o apoio do Bloco da Minoria (composto ainda pelo Democratas) e a confiança dos integrantes da comissão.

— Quero agradecer ao bloco a que pertencço de fato, não de direito, mas pertencço de fato ao bloco da oposição, pois sou um dissidente de meu partido, e agradecer a prova de confiança evidenciada pelo líder do PSDB, Aloysio Nunes — disse o vice-presidente.

## Simon: renúncia do papa mostra perda de referências

Ao comentar a renúncia do papa Bento XVI, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que “vivemos um momento crucial de perda das nossas melhores referências”. Para ele, não é difícil perceber “as turbulências causadas pelas nuvens escuras” que rondam o Vaticano. Mas Simon avalia que este é um momento propício para discutir mudanças profundas na Igreja Católica.

— É necessário perceber o que dizem as entrelinhas das últimas afirmações do Santo Padre — alertou o senador, acrescentando que as igrejas estão cada vez menos frequentadas.

Simon avalia que “é preciso restaurar a fé na sua plenitude, independentemente de qual seja a religião”. O senador reiterou que a decisão do papa de renunciar, não importa



Simon vê a oportunidade de fazer um debate sobre a religião atual

a verdadeira razão, cria a oportunidade de se fazer um profundo debate sobre a religião nos nossos tempos.

Ao lembrar que os papas são escolhidos em eleição indireta, Simon destacou a desproporção entre os cardeais que votam e o número

de fiéis que eles representam. Entre os vários exemplos que citou, está o da América Latina: segundo o senador, o continente possui 30 cardeais que representariam, cada um, 14,4 milhões de católicos. Simon citou também a Europa, que possui 116 cardeais que representariam, cada um, 2,3 milhões de católicos.

— O voto de um cardeal latino-americano é quase seis vezes mais representativo do que o de um cardeal europeu, mas não conta assim no conclave. Não é à toa que os papas têm sido europeus — concluiu Simon.

O senador defendeu ainda o Concílio Vaticano II, série de conferências promovidas pelo Vaticano na primeira metade da década de 1960, como referência “para a Igreja que virá com o novo papa”.

## Benedito de Lira cobra políticas públicas para o setor agrícola

Eleito por aclamação presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Benedito de Lira (PP-AL) defendeu a formulação de políticas públicas de incentivo ao setor primário. Para ele, a agricultura, apesar de todas as dificuldades, tem sido a alavanca do desenvolvimento e a responsável pelo equilíbrio da balança comercial.

Benedito, que terá Acir Gurgacz (PDT-RO) como vice, afirmou que há muitos gargalos no setor e pediu um esforço da comissão em favor do agronegócio brasileiro. Ele também defendeu a regulamentação, pelo Ministério da Agricultura, de projeto já aprovado no Congresso que estabelece a criação de genéricos para produtos veterinários.

Segundo o novo presidente da CRA, também é preciso lidar com o alto preço para embarque e desembarque de produtos nos portos brasileiros, onde os navios chegam a

levar 60 dias para descarregar.

— A China comprou nove navios de soja nos Estados Unidos porque aqui o carregamento leva muito tempo. Não temos capacidade competitiva com o mercado internacional por conta desse tipo de gargalo nos portos — afirmou.

Benedito considerou inadmissível que um país com a dimensão do Brasil não conte com ferrovias.

— Toda a produção nacional é transportada em caminhões, o que demanda custos, e, por isso, o custo Brasil é absolutamente alto — afirmou.

Benedito de Lira também cobrou apoio “especial e diferenciado” do governo para o setor sucroalcooleiro. Em Alagoas, afirmou, a atividade resume-se a menos de 30 usinas.

— Não existe mais política do governo para atender o setor. Hoje, as usinas vivem em função da capacidade dos pequenos produtores de cana do Nordeste — disse.



Para Benedito de Lira, agricultura tem sido a alavanca do desenvolvimento

### Sérgio Souza destaca resultados positivos do agronegócio

O agronegócio garante os sucessivos superávits na balança comercial em face de um cenário de desindustrialização, disse Sérgio Souza (PMDB-PR).

— O crescimento do setor de agricultura e pecuária do Brasil foi de 18,2% no ano passado. Mais alvissareira é a notícia de que, este ano, será colhida a maior safra da história deste país — relatou.

Souza disse esperar que o Brasil se consolide como o maior produtor de soja do mundo e que, na próxima década, supere os Estados Unidos como maior produtor de alimentos. Ele destacou a conquista do Cerrado como nova fronteira agrícola e disse que a agricultura de baixo carbono será uma “revolução dentro da revolução”.



Souza: safra será a maior da história

### Jayme Campos pede mais investimentos em logística

Os problemas de infraestrutura enfrentados para escoamento da produção agropecuária de Mato Grosso estão comprometendo o crescimento do setor, afirmou Jayme Campos (DEM-MT). O senador disse que, ainda assim, o agronegócio mato-grossense tem garantido números positivos para a economia do país em tempos de produto interno bruto (PIB) pequeno e mau desempenho das indústrias.

Jayme pediu que a presidente Dilma Rousseff coloque em prática os programas de investimentos prometidos em estradas, ferrovias e portos. O senador garantiu que, com a colaboração do governo federal, a produção de grãos no estado, uma das maiores do país, poderia triplicar.



Jayme ressalta produção do MT

# Lula age como “presidente-adjunto” do Brasil, afirma Aloysio Nunes

Ex-presidente, segundo líder do PSDB, pretende ter todos sob controle e cometeu “grosseria” ao criticar Fernando Henrique Cardoso

O LÍDER DO PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou ontem o que classificou como “grosseria” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria dito que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deveria se calar e deixar a presidente Dilma Rousseff governar. Aloysio criticou a atuação de Lula como “presidente-adjunto” e o acusou de pretender ter todos sob controle.

— Lula, que é o sol do sistema planetário petista, que é o personagem que manipula os cordéis do teatro de marionetes desse partido, arroga-se o direito de dizer quem pode e quem não pode falar — afirmou.

Segundo Aloysio, Lula fala demais quando faz críticas a instituições como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, mas se cala sobre a



Aloysio acusa Lula de se calar sobre investigação da Operação Porto Seguro

função real de sua chefe de gabinete em São Paulo, Rosemary Noronha, investigada pela Operação Porto Seguro, e se calou quando o publicitário Marcos Valério o acusou de ter se beneficiado pessoalmente do mensalão.

— Qual foi a resposta que ele deu? Uma resposta de pouquíssimas palavras: “Não respondo mentira”. Que não responda. Mas por que não processa Marcos Valério? — indagou o líder do PSDB.

De acordo com Aloysio,

a oposição não se exime de ajudar o governo em projetos úteis ao país. Ele lembrou o apoio do PSDB à reforma da Previdência, no primeiro governo Lula, e o esforço da oposição no aperfeiçoamento das medidas provisórias que iriam a votação ontem.

No entanto, disse ser difícil ajudar Dilma a governar quando, em sua opinião, a presidente não estabelece diálogo com o Congresso e faz campanha eleitoral “em marcha batida”.

— É um governo que, além de estar desorientado, desorienta a economia com medidas contraditórias umas com as outras, que tem afilhados favorecidos pelo BNDES, que não apresentou nenhum avanço significativo na área da saúde — lamentou.

## Alvaro: governo aumenta superávit primário com manobras contábeis

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo federal de realizar manobras contábeis para aumentar o superávit primário em 2012. Ele citou como parte da “contabilidade criativa” os repasses de dividendos antecipados para o Tesouro Nacional, por bancos públicos, e o uso de recursos do Fundo Soberano.

O senador lembrou o declínio de 9,5% no lucro líquido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2012 e disse que a queda não foi pior devido a um malabarismo contábil do governo, “sem o qual teríamos uma queda de 35,9% em comparação ao ano anterior”. Segundo ele, o maior declínio ocorreu nas operações da empresa de participações do banco, a BNDESPAR, que teve uma redução de 93,1% no lucro em 2012.

O senador também comemorou a decisão do Tribunal



Alvaro comemora investigação, pelo TCU, de compra de refinaria nos EUA

de Contas da União (TCU) de investigar a compra, pela Petrobras, de uma refinaria “arcaica” e “superada” nos Estados Unidos, em 2006, por US\$1,180 bilhão. O senador explicou que a refinaria havia sido vendida a uma empresa belga, em 2005, por muito menos: US\$ 42 milhões. Ele disse que não há nenhuma justificativa técnica ou econômica para essa aquisição.

## Cyro diz que Dilma e sua equipe econômica são um fracasso

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a situação do Brasil “deverá se deteriorar de forma drástica” e advertiu que a estabilidade econômica obtida pelo Plano Real está em risco. Ele afirmou que a inflação estourou a meta em diversos estados e se tornou uma ameaça. Para o senador, o Brasil “está prestes a se espatifar no final do governo Dilma, que é um fracasso na área econômica”. Cyro criticou o ex-presidente Lula, que, segundo ele, disse que o povo deveria adiar para 2014 o debate das propostas de governo.

— Isso revela arrogância e presunção, já que todos os partidos que pretendem oferecer candidatos têm o dever de apresentar propostas — afirmou o senador.

De acordo com Cyro, o governo do PT tenta fugir ao debate dos motivos que fizeram a economia empacar, o

PIB agonizar, os investidores sumirem e a bolsa cair. Ele não poupou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, por “maquiar números em previsões otimistas que não se confirmaram”.

Cyro apontou um suposto erro da equipe econômica, que teria dado ao Tesouro Nacional prejuízo de mais de R\$ 4 bilhões sob a justificativa de manter superávit. O senador acusou o governo de tentar fazer o ajuste fiscal à custa de ações da Petrobras que pertenciam ao Fundo Soberano, num momento em que a estatal liderou as perdas nas bolsas de valores.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que Mantega deve comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos para debater a “mágica fiscal” e a economia à deriva, os problemas que afetam o país”.

## Couto alerta para volta da inflação e critica Mantega



Senador diz que os alimentos são os principais “vilões” da inflação

Falando pela liderança do Bloco da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA) alertou ontem para a volta da inflação. De acordo com o senador, a nação está cada vez mais preocupada com o aumento de preços. Ele destacou o encarecimento de produtos alimentícios, como batata, tomate e ovos. Os alimentos, acrescentou, são os principais “vilões” da inflação.

— A inflação está voltando com uma força violenta. Aquela inflação que Fernando

Henrique Cardoso foi capaz de parar. Há oito anos não se via a inflação crescer tanto — disse, em relação a indicadores referentes ao mês de janeiro.

O senador também criticou as previsões de inflação anunciadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Na semana passada, o ministro afirmou que a situação inflacionária no Brasil está sob controle e previu que a alta de preços deve encerrar 2013 em torno de 5,5%. A meta de

inflação é de 4,5%.

— A batata nos últimos 12 meses subiu 62%, e o Mantega diz que não tem inflação. O PT diz também que o país não tem miséria, diz que o país não tem mais pobre. Eles não andam no interior. Eu ando. Eu vivo no interior — criticou.

Couto também lamentou o peso da inflação no bolso dos brasileiros.

— Como é que em um ano você paga R\$ 1 no quilo da farinha e no outro paga R\$ 7?

## Ana Rita: maior legado do PT é não abandonar os pobres

Ana Rita (PT-ES) comemorou os 33 anos de fundação do PT e os dez anos do partido no governo. Ela disse que o maior legado do governo petista é não ter abandonado os pobres. Destacou que, nos governos de Lula e Dilma, 22 milhões de brasileiros saíram da extrema miséria e 35 milhões entraram na classe média.

— As recentes medidas de ampliação do Plano Brasil sem Miséria mostram o quanto combater a extrema pobreza e erradicar a miséria no país é prioridade do nosso governo — afirmou.

A senadora destacou políticas sociais como o Programa Minha Casa, Minha Vida, as cotas nas universidades públicas e a expansão dos ensinos profissional e tecnológico.

— Quero recordar que foi nesta década que conquistamos a menor taxa de desemprego da história e que 19 milhões de brasileiros conquistaram emprego com carteira assinada — frisou a senadora.

## PIB maior

Ana Rita destacou também o crescimento do produto interno bruto (PIB), que aumentou em média 4,6% ao ano durante a administração petista, o aumento da geração de energia no governo Dilma e a diminuição do seu custo para o setor produtivo e para milhares de consumidores residenciais. A senadora acredita que o governo petista está criando as premissas para levar o Brasil a dar um extraordinário salto produtivo e tecnológico.

— Sobretudo, o governo está incorporando aos direitos básicos de cidadania dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras que viviam à margem da sociedade — assinalou a senadora.



Ana Rita: 22 milhões de pessoas saíram da extrema miséria